

OS ARQUIVOS PESSOAIS COMO OBJETO DE PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Thayane Vicente Vam de Berg

Ao longo da vida, produzimos e acumulamos documentos pelos mais variados motivos, sejam por decorrência de obrigações (como questões legais, fiscais, comprobatórias, etc) ou vontades (tais quais: valor sentimental, interesse pessoal, etc.) (Campos, 2012). Assim os arquivos pessoais são criados e compostos tanto por registros burocráticos, quanto emotivos. Este tipo de conjunto documental existe há séculos, e por muito tempo ficou inexplorado e incógnito a atenção dos arquivistas e pesquisadores. Conforme Gomes, A. C. (2009: 22),

até muito recentemente, internacionalmente, só se atribuía o estatuto de arquivo a um conjunto de documentos de natureza pública que tivessem sido produzidos e acumulados por instituições públicas. Em muitas situações, mesmo estando presente em instituições arquivísticas, a documentação pessoal, ou não era reconhecida como um arquivo, ou, em melhor hipótese, era entendida como um arquivo menor, digamos, de segunda classe, ante o que seria um “verdadeiro” arquivo.

O despertar científico para este tipo de documentação é contemporâneo e na atualidade é inegável que “arquivos pessoais são arquivos” (Camargo, 2009), mas até o século XIX era raro este tipo de acervo ser encontrado em instituições arquivísticas e os mesmos acabavam por integrar acervos de bibliotecas ou museus, uma vez que não havia o reconhecimento da validade dos conjuntos de natureza pessoal por parte das instituições arquivísticas.

Se por tanto tempo estes arquivos ficaram “ocultos” dos debates e das pesquisas científicas, quais foram as motivações que despertaram o interesse por esses conjuntos documentais? Quais questionamentos afloraram a realização de estudos com o uso

dessas fontes? Quais os atores participantes dessas mudanças? E qual o contexto que propiciou essas modificações? Para responder a estas indagações é necessário historicizar a emergência dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a Arquivologia e também para a História, de forma a compreender as transformações da historiografia ao longo do século XX e a relação da Escola dos Annales nesse processo. Outrossim é relevante investigar como se deu a produção do conhecimento científico sobre esta temática nas revistas científicas das áreas, de modo a perceber como ocorreram as discussões iniciais sobre o tema dos arquivos pessoais e a maneira como o mesmo se desenvolveu ao longo dos anos. Para tanto foram selecionadas duas revistas científicas, quais sejam, *Arquivo & Administração*, e *Acervo*¹², com o objetivo de historicizar esse tema no ambiente dos estudos acadêmicos de Arquivologia e História.

Perspectivas teórico-epistemológicas acerca do conceito de documento: mudanças de paradigma, estudos sobre memória e os impactos nas áreas de História e Arquivologia

Segundo Gomes, A. C. (1998), a utilização de fontes documentais oriundas de acervos de indivíduos nos estudos científicos foi resultado das mudanças ocorridas na historiografia no século XX, período no qual se identificou o potencial dos documentos produzidos no âmbito da vida privada, com a percepção de que este tipo de fonte possui grande “densidade informacional e peso considerável para a pesquisa histórica” (Bellotto, 2006: 251).

¹² O levantamento completo destas revistas está disponível nos apêndices A e B da dissertação: Vam de Berg, Thayane Vicente. *Arquivos de Artistas Plásticos: o processo de criação artística nos documentos de Rubens Gerchman*. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: < <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2015/vam-de-berg-thayane-vicente-arquivos-de-artistas-plasticos-o-processo-de-criacao-artistica-nos-documentos-de-rubens-gerchman/view>>. Acesso em: 25 nov 2017. O objetivo deste levantamento foi quantificar a incidência de artigos com o tema dos arquivos pessoais nestas revistas e analisar alguns. A opção metodológica por essas duas publicações ocorreu por se tratarem de revistas de destaque para a Arquivologia, a *Arquivo & Administração*, da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), por ser a revista mais representativa da área e que por décadas, foi um dos principais fóruns de discussão arquivística, com sua primeira edição datada de 1972 e, a última de 2014. Ao longo desse período ocorreram algumas interrupções e a estrutura da revista foi amplamente reformulada; Já a *Acervo* é a revista de publicação periódica do Arquivo Nacional do Brasil, instituição máxima nas deliberações da área e que é publicada desde 1986. Reconhecemos a existência de outras publicações arquivísticas, mas no recorte da pesquisa apenas foi possível incluir estas duas. No Brasil podemos citar as seguintes revistas com temáticas arquivísticas: *Arquivo e História*, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, *Estudos Históricos*, *Arquivistica.net*, *Cenário Arquivístico*, *Informação Arquivística*, entre outras. No livro de Marques (2013: 83-85) a autora apresenta um quadro com os principais periódicos nacionais e internacionais com temáticas arquivísticas.

Os principais responsáveis por essa renovação foram os historiadores da Escola dos Annales¹³, com o anseio por novos temas de pesquisas e perspectivas que provocaram quebras de paradigmas com a historiografia rankiana e positivista do século XIX (Gomes, A. C., 2009: 23). Desse modo, o documento textual, administrativo e produzido pelo Estado, que até então era a principal fonte utilizada nos estudos históricos, perdeu a sua primazia. O movimento dos Annales renovou o conceito de documento, passando a incorporar um leque documental que contribuía não apenas de modo quantitativo, mas principalmente, qualitativo para as pesquisas, a partir do uso de diferentes fontes como: registros audiovisuais, fotografias, diários, entre outros, que antes eram desconsiderados no fazer historiográfico (Silva e Silva, 2005: 159).

O historiador Christophe Prochasson (1998: 109-110) reconhece que o interesse por arquivos de indivíduos sucedeu-se, sobretudo por conta das transformações nas práticas historiográficas, com a análise dos sujeitos históricos pelo viés da história cultural e da antropologia histórica. Estes estudos apresentaram caminhos alternativos para a investigação histórica, social e cultural das realidades e experiências humanas e redefiniram as problemáticas e os pressupostos sócio-históricos, a partir de uma observação em nova escala do objeto de pesquisa. Os pesquisadores reconheceram que o sujeito histórico é um ser complexo e, portanto, para compreendê-lo se faz necessária uma investigação que abarque a multiplicidade de documentos que produz, pois tudo que é originado pelo homem “serve de base para a construção do conhecimento histórico” (Silva e Silva, 1995: 158).

As novas maneiras de produzir historiografia mais que modificar as perguntas feitas ao documento, promoveram iniciativas de estudos acerca do indivíduo em outros aspectos que não eram investigados. A busca por “novos” objetos na pesquisa histórica teve impacto direto na renovação das temáticas pesquisadas. Assim, a partir dos anos de 1980 a memória como fenômeno social se torna interesse dos historiadores/cientistas sociais e surgem estudos relacionados “a memória cultural, os lugares de memória”

¹³ Em 1929, um grupo de historiadores franceses passa a contestar o cientificismo que influenciava a historiografia. Conhecido como Escola dos Annales, o grupo liderado por Lucien Febvre e March Bloch rompe com as formas de tratar as fontes documentais e cria uma nova metodologia que amplia as possibilidades da pesquisa histórica. A Escola dos Annales é dividida tradicionalmente em três gerações, tendo a primeira como figuras de destaque, Bloch e Febvre; já no final da década de 1940 se apresenta uma nova geração de historiadores que dá origem à segunda geração, cujo expoente máximo é Fernand Braudel; a terceira geração tem seu início nos anos de 1960 e tem como representante Le Goff, entre outros (Burke, 1997).

(Meneses, 2010: 14). Nesse período ocorre “o boom da memória e a reemergência do sujeito nas ciências sociais” (Meneses, 2010: 14), o que também estimula o interesse por arquivos de pessoas.

No Brasil, por conta dessa valorização da memória, diversos centros de documentação ¹⁴ foram criados a partir dos anos de 1970, quando se identifica um maior interesse de pesquisas sobre arquivos pessoais no país (Cirillo e Costa, 2011: 2; Moreira, 1990: 66). Nessa época associada a criação desses centros de memória, ocorre uma valorização da metodologia de História Oral e das biografias (com estudos biográficos e interesse pelos papéis de homens públicos).

Os estudos históricos, sociológicos e antropológicos despertaram a atenção por esse tipo de documentação que tem um valor social e cultural imensuráveis, constituindo-se como um valioso patrimônio documental.¹⁵ Oliveira (2012: 31) afirma que “os arquivos pessoais e familiares passaram a se destacar quando entendidos como patrimônio a ser preservado pela sociedade, ou seja, quando foi reconhecido o seu valor para o estudo histórico e como registro da memória da nação”.

Podemos perceber que esse panorama promoveu o desenvolvimento de pesquisas inovadoras, com temáticas que revolucionaram não apenas a historiografia, mas também a teoria arquivística e a própria percepção do sujeito histórico na construção da sua história/memória.

No âmbito da Arquivologia podemos dizer que a princípio, o interesse científico da área por arquivos pessoais ocorreu influenciado e correlacionado ao interesse dos historiadores por essas fontes documentais devido, principalmente ao crescimento do número de pesquisas sobre o âmbito da vida privada. Durante o século XX foram

¹⁴ Segundo Moreira (1990: 66) nos anos de 1970 foram criados: o “Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Unicamp (1971); o Centro de Memória Social Brasileira, do Conjunto Universitário Cândido Mendes (1972), e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Cpdoc, da Fundação Getúlio Vargas (1973). Além disso, a Fundação Casa de Rui Barbosa sofre uma revitalização nesse período”. No volume Vol. 1, n.2, set, 1973, p. 28, da revista *Arquivo & Administração* há uma nota sobre a Criação do Centro de Memória Cândido Mendes e do arquivo de Vargas.

¹⁵ “O *Patrimônio Cultural* abrange tudo aquilo que possa representar a cultura, a história, a memória e a identidade de um determinado grupo, e deve ser preservado e transmitido tanto para a geração atual, quanto para as seguintes. Nessa categoria podemos incluir o *Patrimônio Documental*” (Silveira, 2013: 15). [...] “O patrimônio documental – se visto como patrimônio cultural – é muito mais do que um objeto com “valor de prova” e “valor informativo”. De tal modo que, o patrimônio documental constitui a memória coletiva, pois representa os elementos da cultura de uma sociedade” (Jardim, 1995: 6 apud Silveira, 2013: 56).

intensas as discussões teóricas acerca da conceituação do que poderia ser considerado documento. E as questões levantadas pela História ecoaram em diversas outras ciências, tal como no campo da Arquivologia. As demandas por novas fontes documentais influenciaram as instituições arquivísticas, por ser o lócus responsável por preservar tais acervos. Cook (2012: 140-141) identifica que naquele período

houve uma mudança acentuada na própria razão pela qual a instituição arquivística existe [...]. Houve uma mudança coletiva [...], de uma justificação jurídico administrativa para os arquivos fundamentada em conceitos de Estado, para uma justificativa sociocultural.

Como consequência, este movimento teve um grande impacto na teoria e na prática da ciência arquivística, pois as mudanças acerca do conceito de documento forçaram as instituições arquivísticas a repensarem os tipos de acervos que armazenavam, uma vez que até o século XIX era priorizada a guarda de documentos administrativos.

A partir disso, percebe-se que, inicialmente, a inserção dos arquivos pessoais na área arquivística ocorreu para atender a uma demanda oriunda, primordialmente, da área de História. Oliveira (2012: 29) entende que “a relação próxima entre os arquivos e os historiadores permitiu uma maior visibilidade dos arquivos pessoais”.

Tal afirmação pode ser ratificada a partir do levantamento ¹⁶ realizado na revista *Arquivo & Administração* ¹⁷. Com a pesquisa foi possível constatar que nos anos de 1970 o tema aparece, mas de forma sutil, em muitos casos apenas como uma nota. Naquele momento ainda era embrionário no Brasil o processo de estudo arquivístico sobre os arquivos pessoais e a abordagem inicial dada a esses conjuntos documentais era voltada para o olhar e a atenção do historiador, indicando estes arquivos como fontes

¹⁶ Para a realização deste levantamento, inicialmente foi realizada uma busca pelas palavras-chave: “arquivo(s) pessoal(ais)”, “arquivo privado”, “arquivo(s) particular(es)”, porém foi constatado que a busca apenas por esses termos não dava conta de mapear amplamente todos os artigos, isto porque tais expressões não eram utilizadas em alguns artigos ou notas, que escreviam apenas o nome do produtor do arquivo, como por exemplo, Arquivo Joaquim Nabuco. Além disso, o termo arquivo privado também era e é utilizado para indicar arquivos de empresas/instituições privadas. A partir dessa constatação iniciou-se uma leitura dinâmica das páginas da revista e foram encontradas mais referências aos arquivos pessoais do que na busca anterior. Isto não quer dizer que necessariamente a reportagem discutisse arquivisticamente sobre os arquivos pessoais. O levantamento completo da revista está disponível no apêndice A da dissertação de Vam de Berg (2016).

¹⁷ No âmbito científico brasileiro a revista *Arquivo & Administração* que pertencia a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), se destaca como um dos mais relevantes periódicos científicos da comunidade arquivística brasileira, com um importante papel na disseminação do saber arquivístico. Esta foi “a primeira publicação brasileira destinada exclusivamente ao campo arquivístico. Com o propósito de constituir um espaço de difusão do conhecimento técnico, a publicação contribuiu para ampliar o acesso às noções arquivísticas e possibilitou a comunicação inter e intrapares” (Gomes, Y.Q., 2014: 112).

interessantes para a pesquisa histórica, ou seja, os primeiros estudos sobre arquivos pessoais presentes na revista foram, em sua maioria, realizados com um viés histórico sobre os mesmos, com um uso e investigação muitas vezes limitados a importância desses conjuntos para a pesquisa histórica, e não explorado arquivisticamente.

Neste mesmo periódico no ano de 1975¹⁸ há inclusive recomendação do Arquivo Nacional do Brasil para que houvesse a elaboração de guias sobre o tema, de modo a facilitar a pesquisa do historiador. A proposta desta instituição estava de acordo com as sugestões internacionais expostas no VIII Congresso Internacional de Arquivos, no qual houve uma sessão plenária intitulada “*A revolução do acesso aos arquivos e uso das fontes documentais*”, abordando a questão do aumento de pesquisadores nos arquivos e a variedade dos suportes e tipologias documentais que deveriam ser recolhidas a estas instituições. No relatório deste Congresso é diagnosticado o seguinte:

identificou-se como fator de aumento da clientela [pesquisadores] dos arquivos a ampliação de temas pesquisados nos arquivos, que abrangem todos os campos do conhecimento humano, e os novos métodos de pesquisa [...]. Os arquivos privados também mereceram atenção especial. É desejo do Congresso, segundo recomendação, que o CIA inclua em seu programa de trabalho o estudo do censo, conservação e organização desses arquivos. O aumento de pessoas que procuram os arquivos se vincula à variedade de acervo que não mais se limita à documentação oficial. Verifica-se nova tendência de recolher arquivos de entidades privadas, como firmas comerciais e industriais, universidades, sindicatos, organizações eclesiásticas, etc. que refletem a vida econômica e cultural dos países. Em número cada vez maior se verificam depósitos de pessoas e famílias de destaque, políticos, cientistas, escritores e artistas. / A coleta de fotografias de valor permanente tornou-se uma função do arquivo. O mesmo acontece em relação a filmes, discos, fitas, documentos sonoros e visuais produzidos, a par dos documentos gráficos. / As gravações de história oral se converteram em importantes fontes arquivísticas nos últimos anos. Embora houvesse contestações quanto ao valor dessas fontes, como arquivos, o Congresso recomendou que o CIA encoraje as instituições de arquivo a colaborar na coleta e preservação de tradições orais. / O recolhimento de novos tipos de documentos, os prazos de transferência, são providências que enriquecem o acervo do arquivo e o valorizam, e que cabem ao próprio arquivo e em muitos casos refletem as condições políticas e sociais do País. Expositores e debatedores atribuíram o aumento do volume transferido aos arquivos, desde o final da 2.ª Guerra Mundial, à evolução política, econômica e social verificada. / Em decorrência do interesse do arquivista e do pesquisador, colocou-se como certa uma preservação cada vez mais adequada e maior utilização da herança cultural da humanidade em forma de arquivos (Soares e Esposel, 1976: 13).

¹⁸ Ver vol. 3, n. 2, ago, 1975, p. 21-23, revista *Arquivo & Administração*.

Tais recomendações do VIII Congresso Internacional de Arquivos estão de acordo com os questionamentos já levantados desde o I Congresso Internacional de Arquivos, no ano de 1950 (Rodrigues, 1969: 206).

O historiador e ex-diretor do Arquivo Nacional do Brasil José Honório Rodrigues em sua obra *A Pesquisa Histórica no Brasil* (1969) apresentou um panorama sobre a pesquisa histórica no país e o uso dos arquivos e das fontes para a produção da história contemporânea.¹⁹ O autor sugeriu como um dos instrumentos do trabalho histórico, as fontes presentes nos conjuntos documentais de indivíduos (Rodrigues, 1969: 206-208).

Na revista *Acervo*, publicada pelo Arquivo Nacional desde 1986 até os dias atuais, tal inserção do tema também pode ser percebida inicialmente com a associação à pesquisas históricas, exemplo disto é o artigo “*A fotografia como fonte histórica: a experiência do Cpdoc*” (Lobo; Brandão e Lisovsky, 1987: 39-52).²⁰ A partir do levantamento realizado nesta revista foi possível perceber que nos anos de 1980 a temática apresenta-se relacionada a estudos históricos, em sua maioria, sobre pesquisas biográficas realizados nos fundos documentais do Arquivo Nacional, como pode ser visto na seção “*Quem está pesquisando o quê?*”²¹.

Percebe-se que as mudanças historiográficas ocorridas no campo da História ao longo do século XX influenciaram na compreensão e no uso das fontes. Essa era uma nova realidade a ser atendida pelos arquivistas que precisaram se adequar aos novos tempos e as últimas exigências dos pesquisadores que buscavam novas fontes documentais. As iniciativas de custodiar e reconhecer o valor desses acervos se torna uma questão para as instituições arquivísticas.

Os arquivos pessoais na literatura arquivística

Podemos dizer que os estudos com viés acadêmico que problematizam as particularidades dos arquivos pessoais são recentes e que os primeiros estudos

¹⁹ Ainda na mesma linha de estudos, Rodrigues publica no ano de 1978, o artigo *Liberdade de informação e pesquisa* na revista *Arquivo & Administração*, no qual aborda a questão do acesso aos documentos privados por pesquisadores e o uso desses acervos como fonte histórica (Rodrigues, 1978: 5-11).

²⁰ Apesar deste artigo apresentar as formas de organização e tratamento de fotografias, o foco central da publicação é estimular e incentivar o uso desse gênero documental como fonte histórica em pesquisas.

²¹ Ver apêndice B da dissertação Vam de Berg (2016).

arquivísticos sobre este tipo de arquivo possuíam uma visão mais pragmática e metodológica, representada nos manuais que não aprofundavam o estudo sobre o tema. Por um longo período, não houve inovação na bibliografia referente aos arquivos pessoais, faltando diálogos que abordassem o tema de modo aprofundado, com um teor de reflexão contemporâneo e crítico.

Uma das razões está associada ao fato de que na Arquivologia os conceitos surgiram a partir da prática.²² Ocorre que nas ciências, de modo geral, todo conhecimento científico apesar de ter seu surgimento na experiência empírica é desenvolvido e verificado, a partir da pesquisa, o que contribui no fortalecimento e desenvolvimento da teoria. Assim sendo, a teoria não pode ser deslocada da pesquisa. Para Sousa (2003: 240)

esse distanciamento somente poderá ser encurtado com o desenvolvimento de pesquisas. E nesse ponto, parte-se do pressuposto [...], que sem a pesquisa, a Arquivística está condenada a permanecer como um corpo de práticas e de receitas sem racionalidade científica. O fato de ser uma disciplina com finalidades pragmáticas a coloca em uma fronteira perigosa com o empirismo. É necessário, portanto, buscar uma fundamentação teórica para o tratamento [das questões] da [...] Arquivística.

Há que se levar em consideração que um conceito não é estático e que é a partir de uma realidade histórica que se chega a teoria e ao método. É impossível pensar um conceito sem levar em conta os processos nos quais ele foi se desenvolvendo ao longo do tempo, visto que um conceito não pode ser descolado do seu contexto, pois é no processo histórico que ele adquire sua substância. A falta de capacidade de interpretar e perceber o conceito heurísticamente pode levar ao anacronismo. A partir do momento que um conceito não atende mais amplamente todos os questionamentos, ele deve começar a ser reconsiderado, de modo a ser reformulado, inclusive porque não é imutável e deve servir à ciência a qual se destina. Do mesmo modo, novos conceitos podem ser criados para atender às novas realidades. Os recentes temas da pesquisa arquivística promovem questionamentos aos saberes dogmatizados e são de extrema importância para reoxigenar a área, sendo indispensável a promoção da pesquisa acadêmica como propulsora do avanço e da qualificação da área.

²² Um exemplo disto é a criação do princípio da proveniência em 1841, por meio de uma circular do historiador Natalis de Wailly, que era chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior francês (Sousa, 2003: 248).

Cook (1998: 129) ressalta que “os princípios e conceitos arquivísticos tradicionais foram desenvolvidos para os documentos de instituições”, isto porque

os arquivos foram tradicionalmente concebidos pelo Estado, para servi-lo, como parte da sua estrutura hierárquica e organização cultural. Não deve surpreender que a Arquivologia tivesse encontrado sua legitimidade inicial em teorias e modelos estatais e no estudo das características e propriedades de velhos documentos estatais. Os conceitos teóricos resultantes foram desde então adotados por praticamente todos os outros tipos de instituições arquivísticas em todo o mundo (Cook, 2012: 140-141).

Ou seja, os arquivos em sua essência se originaram com um viés público e administrativo, viés este que perdurou por séculos como característica da essência do fazer arquivístico, e que ficava retratado nos conjuntos documentais sob custódia das instituições arquivísticas.

É necessário frisar que a Arquivologia tradicional (do século XIX à primeira metade do século XX) tinha como principais pensadores, entre os quais destacam-se: Natalis de Wailly, S. Muller, J. A. Feith, R. Fruin, Hilary Jenkinson, Theodore Schellenberg, historiadores que trabalhavam em arquivos e dissertavam a respeito de questões ligadas às suas atividades em arquivos públicos e nestes arquivos a documentação era primordialmente administrativa (Cook, 1998: 132-133). Como consequência, nas obras clássicas desses teóricos eram expostas as suas práticas cotidianas que eram reflexos do trabalho com arquivos públicos. Oliveira (2012: 32-33) concorda que

o lugar obscuro dos arquivos pessoais na literatura da área baseia-se na própria formação profissional dos teóricos da Arquivologia, que usualmente [eram] oriundos de uma vivência no âmbito dos arquivos públicos. [...] A elaboração das ideias desses teóricos [refletia] suas experiências profissionais e suas pesquisas. [...] Perceber esse quadro como parte do contexto das formulações teóricas da Arquivologia é um elemento importante a ser considerado na avaliação do processo histórico do reconhecimento do lugar dos arquivos pessoais na área da Arquivologia.

É preciso ter o entendimento de que a ciência arquivística surgiu como um saber de Estado e como tal, seu foco primordial eram os arquivos públicos, assim os pilares da teoria arquivística foram formulados no ambiente institucional desses arquivos. Naquele momento a percepção sobre o que era documentação de arquivo era circunscrita aos

documentos administrativos. Este é um dos principais motivos pelos quais, nos séculos passados, a documentação com características de arquivo pessoal e familiar não era amplamente encontrada no ambiente dos arquivos e nem debatida cientificamente pela área.

Na trajetória histórica da Arquivologia que tem como marco fundador a publicação do *Manual dos Holandeses* em 1898, aparecem retratados, exclusivamente, os arquivos públicos e administrativos, ou seja, os documentos governamentais. Os arquivos pessoais e familiares não foram inseridos no manual por não serem entendidos como arquivo, isto porque, naquele momento, a eles não era atribuída organicidade, característica até então identificada apenas aos arquivos oriundos da administração. Por tal motivo os conjuntos documentais pessoais eram destinados e tratados nas bibliotecas (Lacerda, 2011: 39).

Muller, Feith e Fruin definiram arquivo como

o conjunto de documentos escritos, desenhos, material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário [...]. Outros objetos não podem formar parte do arquivo (Arquivo Nacional do Brasil, 1973: 13-14).

Percebe-se, portanto, que não há menção a arquivos de indivíduos nesta definição. Porém a não inserção dos arquivos pessoais na definição de arquivo por eles proposta é compreensível pelo fato de naquele período histórico “certas formações arquivísticas e certos registros documentais que se diferenciavam de um modelo de arquivo administrativo”, tais como os arquivos pessoais, eram renegados pelas instituições arquivísticas (Lacerda, 2011: 39). Assim podemos afirmar que o referido manual não reconhece e não atribui aos conjuntos documentais de indivíduos o status de arquivo.

Lacerda (2011: 39) questiona a “limitada tipologia de documentos considerados típicos de arquivo” neste manual e para entender tal situação é preciso levar em conta que “muito provavelmente os arquivos holandeses não deveriam possuir [outros tipos documentais] de forma sistemática em seus fundos, não se constituindo, assim, numa questão a ser levantada” (Lacerda, 2011: 38-39).

É aos poucos que os arquivos formados por indivíduos vão adentrando no debate arquivístico. Antes mesmo do surgimento do termo “arquivos pessoais”, tal como ele é entendido atualmente, alguns teóricos, ao definir arquivo, já consentiam que documentos criados por uma pessoa física podiam ser considerados arquivos. Isto é o que ocorre, por exemplo, com o teórico italiano Eugenio Casanova, em 1928 no seu clássico manual *Archivistica* que define arquivo como

a acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa (Casanova apud Shellenberg, 2006: 37).

Casanova, ao inserir o termo “pessoa” na sua definição de arquivo, abre a possibilidade do entendimento de que documentos acumulados por indivíduos também se constituam como arquivo. Para Casanova, o que justificaria a preservação daqueles documentos seria a sua capacidade de servir aos fins “políticos, legais e culturais”, como ele explicita.

Por este pioneirismo em citar os arquivos de indivíduos, Casanova pode ser apontado como o precursor da introdução do tema no debate arquivístico, mesmo que tenha apenas levantado a questão sem, no entanto, adentrar profundamente no debate, isto porque, apesar desta citação inicial, o tema não foi problematizado e continuou pouco explorado na área por anos (Heymann, 2009: 42).

O debate vai tomando mais forma a partir de Schellenberg (2006: 41) que em seu livro *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*, publicado originalmente em 1956, na tentativa de definir o que seriam os arquivos modernos, os define como sendo

todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude o valor informativo dos dados neles contidos.

Schellenberg não insere os conjuntos documentais produzidos por pessoas na sua definição de arquivo, mas este autor da segunda metade do século XX, ainda dedica um breve capítulo de seu livro aos arquivos privados. Segundo ele

o termo papéis privados²³ inclui material cartográfico e em forma de texto impresso, manuscrito ou datilografado. Tanto inclui material que se originou de uma pessoa quanto de uma entidade (Schellenberg, 2006: 269).

Este autor ainda esclarece que existem dois tipos de papéis privados: as coleções²⁴ naturais e as artificiais. Sendo a primeira àquela que se refere aos conjuntos orgânicos, produtos de uma atividade contínua (nessa se enquadrariam os arquivos pessoais); já a segunda deriva de fontes diversas, em alguns casos colecionadas.

Vale ressaltar que Schellenberg não utiliza o termo arquivo pessoal em seu trabalho, mas apenas arquivo privado. A partir disso é possível perceber que até a utilização da denominação “arquivos pessoais”, estes conjuntos eram, sobretudo percebidos como arquivos privados, em contraposição aos arquivos públicos, o que acaba por excluir inúmeras particularidades que são próprias dos arquivos pessoais.

Segundo Fraiz (1998: 61), “a incorporação do conceito de arquivo privado pela arquivística dar-se-á somente no século XX”, sendo que um debate mais intenso extrapolando a percepção do arquivo privado, que abarcasse as singularidades dos arquivos pessoais, ocorre apenas a partir da segunda metade deste século, mais especificamente, a partir dos anos de 1970. Até então, era prática comum estes acervos serem tratados por bibliotecários ou museólogos como coleções e/ou manuscritos.²⁵

Para Vianna, Lisovsky e Sá (1986: 74) o uso do termo arquivo privado para se referir aos documentos de indivíduos, obscurece as dimensões íntimas que estão presentes nos arquivos pessoais, e isso se deve pelo fato de num primeiro momento

²³ Por papéis privados, entendem-se arquivos privados, pois naquele momento ambos os termos eram sinônimos.

²⁴ Schellenberg usa o termo coleção como sinônimo de arquivo, mas prefere usar o termo coleção por entender que “o termo ‘arquivos’ é muitas vezes reservado para designar os documentos de uma repartição pública” (Schellenberg, 2006: 270).

²⁵ Oliveira (2012: 31) diz que “tradicionalmente, os arquivos pessoais foram custodiados em bibliotecas e museus, sendo muitas vezes referidos como coleções, manuscritos ou mesmo papéis pessoais”. O teórico estadunidense Schellenberg (2006: 269) comenta sobre este fato ao dizer que “nos Estados Unidos, a maioria dos métodos adotados no tratamento de papéis privados era formulada por bibliotecários. Os papéis [...] vinham [...] como agregados de peças díspares e desorganizados, originários de famílias importantes na história do país. Esses papéis eram comumente chamados de ‘manuscritos históricos!’”.

aquele termo ser associado a arquivos de empresas ou instituições que não são públicas, antes de se pensar em pessoas como produtoras de arquivo. Segundo os autores

a designação de “arquivo privado” implica numa diluição do íntimo e na sua redução ao privado, isto é, na redução da existência individual à forma de sua relação com o público e ao modo como é por ele definida. Por esta razão, o raciocínio em torno do arquivo pessoal, enquanto arquivo privado, não deve confundir-se com aquele que se volta para os arquivos de empresas, instituições ou partidos políticos, cuja inserção no mundo se faz originalmente numa esfera intermediária, bem mais próxima ao Estado (Vianna, Lissovsky e Sá, 1986: 74).

A partir do levantamento realizado na revista *Arquivo & Administração*, publicada entre 1972 a 2014 foi possível constatar que no Brasil durante a década de 1970 os termos “arquivo privado” ou “arquivo particular” eram os mais recorrentes para se tratar dos conjuntos documentais de pessoas. Em artigo intitulado *Problemática atual dos arquivos particulares* de autoria de Bellotto, publicado no ano de 1978 naquele periódico a autora esclarece que “a Arquivologia terminou por consagrar as denominações de arquivos econômicos, sociais e privados (de pessoas) às modalidades em que se apresentam os arquivos particulares” (Bellotto, 1978: 5). Naquele período a denominação arquivo pessoal até era utilizada, mas com muito menos frequência que os termos anteriormente citados.

Podemos dizer que antes da padronização do termo arquivos pessoais, outras denominações tais como: arquivo de pessoas, arquivo privado e arquivo particular eram comumente utilizadas, assim como era usual também suprimir estes termos e nomear diretamente o arquivo com o nome do seu produtor, de modo a entender que se tratava de um arquivo de pessoa física. O consenso acerca da denominação do que seriam os documentos oriundos de uma pessoa se misturava aos conceitos de “arquivo privado”, “arquivo particular”, até por fim a terminologia mais recente “arquivos pessoais”.

No século XXI o conceito de arquivo instituído e amplamente aceito pela Arquivologia define arquivos como “documentos reunidos por uma pessoa ou instituição em razão de suas necessidades, formando, assim, um conjunto solidário e orgânico denominado fundo de arquivo, conservado para usos posteriores” (Delmas, 2010: 56). O mesmo conceito é descrito no Dicionário de Terminologia Arquivística como o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da

natureza do suporte” (Arquivo Nacional do Brasil, 2005: 27). No mesmo dicionário ainda são encontradas as seguintes definições: “arquivo pessoal – arquivo de pessoa física”, “arquivo privado – arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular” (Arquivo Nacional do Brasil, 2005: 34-35).

Percebe-se que a definição de arquivo pessoal por este dicionário, apenas identifica que este é um tipo de arquivo que faz parte do grupo de arquivos privados, mas não abarca uma infinidade de características que lhes são inerentes, empobrecendo o termo. É inegável que os arquivos pessoais são de origem privada, mas pessoas não são instituições e a mera associação de que arquivos pessoais são arquivos privados não alcança a dimensão do valor e das características inerentes aqueles arquivos. O termo arquivo privado num primeiro momento subentende que eles são uma contraposição aos arquivos públicos, e isso nos leva a pensar em documentos administrativos que foram produzidos por instituições privadas. Por isso os arquivos pessoais precisam ser melhor categorizados e definidos.²⁶

Além destes problemas terminológicos, a maioria dos pesquisadores, ao tratar do tema de arquivos pessoais, faz comparação entre estes e os arquivos institucionais, numa tentativa de afirmar que aqueles acervos possuem natureza propriamente arquivística. Tal associação é realizada, em alguma medida, com a intenção de qualificar os arquivos pessoais, como se a sua validação e propriedade arquivística dependesse de tal associação e decorre também do fato de toda metodologia do saber arquivístico ter sido elaborada de acordo com os documentos tradicionalmente formulados para as atividades administrativas, como valores de prova dessas atividades (Lopez, 2003: 70; Heymann, 2009: 42-43). Ocorre que as características dos arquivos pessoais devem ser destacadas e não contrapostas como se a sua validação para ser arquivo dependesse da existência de características que possam ser associadas aos arquivos institucionais. No debate acadêmico as barreiras entre arquivos institucionais e pessoais devem ser ultrapassadas.

A trajetória histórica do tema dos arquivos pessoais na Arquivologia comprova que o mesmo teve um “lugar periférico [...] nas reflexões teóricas da disciplina, cuja história e desenvolvimento estiveram, fundamentalmente, voltados para os documentos

²⁶ Segundo Camargo (2009: 28), o ideal seria a utilização do termo arquivos de pessoas e não arquivos pessoais, ou que a denominação se referisse às categorias profissionais do seu produtor, como arquivos de artistas, por exemplo.

de natureza pública” (Heymann, 2009: 42). Desde o surgimento da Arquivologia houve uma certa primazia dos documentos públicos nos debates científicos promovidos e os arquivos pessoais estiveram à margem da discussão por um longo período. Até serem aceitos como arquivos, foi preciso que seus pensadores compreendessem que independentemente do produtor dos documentos ser uma pessoa física ou jurídica, ambos são arquivos e, portanto apesar de não terem a mesma origem e possuírem especificidades, as características dos documentos de arquivo, tais como organicidade, unicidade, indivisibilidades, proveniência estão presentes nos dois conjuntos.

A partir do que foi exposto podemos dizer que a associação dos arquivos pessoais aos institucionais está atrelada a três fatores: primeiro devido às origens da ciência arquivística, que foi inicialmente formulada para atender a questões referentes aos documentos públicos, descartando-se naquele momento qualquer correlação com documentos produzidos por pessoas; segundo por conta dessa formulação inicial, o saber da área se focou em questões típicas dos documentos e arquivos públicos e os conceitos e princípios desse campo do conhecimento não levaram em consideração outro tipo de proveniência além da pública; terceiro o entendimento fundamentado na falsa premissa de que a produção dos documentos a partir da relação função/atividade é igual em arquivos institucionais e pessoais, o que gerou um descompasso no tratamento dos arquivos produzidos por indivíduos. Tal apropriação foi englobada e transportada para o arquivo pessoal sem críticas, e ao serem inseridos em instituições arquivísticas, esses conjuntos documentais não foram problematizados, fato este que desencadeou problemas no tratamento documental destes arquivos.

É a partir da Arquivologia Contemporânea que uma série de questionamentos vem à tona e os arquivos pessoais são incorporados nas pesquisas arquivísticas, por conta das novas problemáticas, sendo esta temática fonte crescente de interesse dos arquivistas. Segundo Santos (2012), no Brasil a primeira estudiosa a refletir teoricamente e metodologicamente sobre o tema foi Ana Maria de Almeida Camargo (1988)²⁷ que em seus estudos atualiza o debate sobre os arquivos pessoais, com reflexões próprias da

²⁷ Ver Camargo, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. In: *Arquivo Boletim Histórico e Informativo*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 21-24, jan/jun 1988. Ver Camargo, Ana Maria de Almeida O público e o privado: contribuição para um debate em torno da caracterização de documentos e arquivos. In: *Arquivo Boletim Histórico e Informativo*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 57-64, jul/dez. 1988.

Arquivologia, que foram além da percepção e do uso histórico sobre esses documentos (Santos, 2012: 53).

Na revista *Arquivo & Administração* podemos destacar essa mudança de percepção no artigo “*A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados*” publicado em 1986, de autoria de Aurélio Vianna, Maurício Lisovsky e Paulo Sérgio Moraes por ser o primeiro artigo desta revista que debate o assunto indo além da importância histórica do mesmo e traz uma reflexão arquivística sobre o assunto. Já na revista *Acervo*, identificamos o artigo “*Os sentidos da Imagem: fotografias em arquivos pessoais*” publicado em 1993, de autoria de Aline Lopes de Lacerda, inclusive já explicitando no título o termo arquivo pessoal e que discute sobre os procedimentos de identificação que devem ser considerados ao se descrever fotografias em arquivos pessoais.

Os novos estudos da área arquivística permitiram uma reoxigenação do campo, de forma a repensar a Arquivologia tradicional e os conceitos por ela definidos há séculos. Terry Cook (1998) critica a cristalização dos saberes da área, que não se sustentam mais com os mesmos argumentos historicamente solidificados. Jardim (2012) vai ao encontro de Cook ao dizer que há novas pautas de pesquisa na área, com estudos que envolvem arquivos e sociedade. Desse modo, outras questões surgem e a produção do conhecimento arquivístico amplia seus horizontes com novos objetos e novas abordagens. A inclusão e aceitação de arquivos pessoais na Arquivologia alarga as possibilidades da pesquisa e da metodologia, além de desmistificar a ciência arquivística como restrita apenas a documentos administrativos.

É inegável que todos esses episódios contribuíram e possibilitaram a inserção de novos temas na agenda da pesquisa arquivística contemporânea, tais como os arquivos pessoais. Para Cook (1998: 133), “a ciência arquivística, ou a teoria tradicional da arquivística não são [...] nem verdade universal, nem realidade fundamental aplicável a todas as circunstâncias e meios arquivísticos em qualquer tempo e lugar” (Cook, 1998: 133). A teoria e a metodologia também são históricas, pois a pesquisa se amplia e se inova com as descobertas. Por isso, historicizar os conceitos é fundamental para perceber como ocorreu a mudança com o passar do tempo e como se deu a incorporação de novos sentidos. A partir disso entendemos que os conceitos e metodologias da área não

são imutáveis, podendo e devendo ser renovados diante de novos cenários, novos objetos, novas perspectivas de análise.

Conclusão

Conclui-se que a partir da discussão levantada podemos ressaltar os seguintes aspectos que contribuíram na elevação dos arquivos pessoais nas pesquisas das áreas de História e Arquivologia: o interesse dos historiadores por novas fontes documentais (isto associado ao papel da Escola dos Annales e a renovação dos rumos historiográficos); a mudança de percepção sobre o sujeito histórico (estudos biográficos, história oral e memória); a ampliação do conceito de documento nos campos de História e da Arquivologia; a criação do conceito de arquivo privado; a criação de centros de memória que custodiavam arquivos pessoais; a ampliação das tipologias documentais recolhidas as instituições arquivísticas públicas; a percepção dos arquivos pessoais como parte do patrimônio documental nacional; as novas problemáticas e questionamentos que surgem na Arquivologia Contemporânea.

No campo arquivístico já houve a superação do entendimento dos arquivos pessoais como sendo arquivos, mas vários outros questionamentos ainda podem e devem ser lançados, tais como a polêmica questão da eliminação nesses acervos, os distintos processos de acumulação realizados pelos indivíduos, a criação de outras metodologias de organização dos arquivos pessoais, a interdisciplinaridade com outros campos do conhecimento na constituição dos arquivos, pois este tipo de arquivo não é restrito a uma área do conhecimento, entre tantos outros debates.

Apesar de todo esse crescimento e interesse sobre o tema, ainda há uma lacuna na bibliografia que precisa ser aprofundada com diálogos interdisciplinares, inclusive, estabelecendo investigações acerca de procedimentos específicos para o tratamento desses arquivos considerando suas conformações (Heymann, 2009: 42 e 45). A questão carece de maiores debates e produção técnica e teórica, com o intuito de criar uma base de conhecimentos mais sólidos a respeito do tema. Jardim (2012: 151-152) afirma que “a pesquisa na área constitui a base fundamental para a sua renovação permanente”.

Os documentos produzidos no âmbito da vida privada relativizam conceitos tradicionais que embasam a teoria arquivística e possibilitam um entendimento

diversificado da própria sociedade. As pesquisas neste tipo de arquivo são ilimitadas, uma vez que podem ser analisados sob os mais variados prismas, sejam eles históricos, arquivísticos, antropológicos, etnográficos, entre tantos outros.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas; 51)

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Manual de arranjo e descrição de Arquivos**. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2 ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Problemática atual dos arquivos particulares. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 5-9, abr.1978.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 28-39, jul./dez. 2009.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo. In: **Anais do Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**, 13, 2012, São Paulo. São Paulo: SBHC, 2012. Disponível em: <http://www.sbhc.org.br/resources/anais/10/1344978299_ARQUIVO_Preservandoamemoriadacienciabrasileira-SBHC.pdf>. Acesso em: 27 nov 2017.

CIRILLO, Aparecido José; COSTA, Rosa da Penha Ferreira da. Acervos de artistas: fontes documentais do processo de criação nas artes visuais. In: **II Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia**. Rio de Janeiro, 16 a 18 de novembro de 2011.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-Modernismo: novas formulações para velhos conceitos. In: **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.aarj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9/20>>. Acesso em: 04 nov 2017.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?: textos escolhidos**. Trad. Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-87, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. Arquivos pessoais, desafios e encantos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 22-25, jul./dez. 2009.

GOMES, Yuri Queiroz. A Associação dos Arquivistas Brasileiros e o processo de institucionalização da Arquivologia no Brasil: 1971-1978. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (org.). **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014, p. 101-122.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 40-57, jul./dez. 2009.

JARDIM, José Maria. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153.

LACERDA, Aline Lopes de. Os sentidos da Imagem: fotografias em arquivos pessoais. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, p. 41-54, jan-dez 1993.

LACERDA, Aline Lopes de. Arquivística e documentos fotográficos: origens de uma relação. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 29-54, jul/dez de 2011.

LOBO, Lúcia Lahmeyer; BRANDÃO, Ana Maria de Lima; LISSOVSKY, Maurício. A fotografia como fonte histórica: a experiência do CPDOC In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 39-52, jan-jun 1987.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da Arquivologia. In: **Gragoatá**, Niterói, n. 15, p. 69-82, 2. sem 2003.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **A Arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Arquivos de artista, museus e pesquisa: reflexões de um historiador. In: **Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa**. São Paulo, 9 - 10 nov. 2009. São Paulo: MAC USP, 2010.

MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 66-74, 1990.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PROCHASSON, Christophe. Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, 1998.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

RODRIGUES, José Honório. A liberdade de informação e pesquisa. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 1978, p. 5-11.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, Paulo Elian dos. **Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. São Paulo: ARQ-SP, 2012. (Thesis, I).

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. "Fonte Histórica"; "Iconografia". In: **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 158-161, 198-201.

SILVEIRA, Catarina Heralda Ribeiro da. **Patrimônio documental e políticas públicas: o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos**. Niterói, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense.

SOARES, Nilza Teixeira e ESPOSEL, José Pedro Pinto. Relatórios sobre as atividades do VIII Congresso Internacional de Arquivos e do Seminário Interamericano sobre Cooperação Regional para o Desenvolvimento de Arquivos. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.4, n. 3, dez, p. 9- 29, 1976.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete M.; LOPES, Ilza L. (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, p. 240 - 269.

VAM DE BERG, Thayane Vicente. **Arquivos de artistas plásticos: o processo de criação artística nos documentos de Rubens Gerchman**. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2015/vam-de-berg-thayane-vicente-arquivos-de-artistas-plasticos-o-processo-de-criacao-artistica-nos-documentos-de-rubens-gerchman/view>>. Acesso em: 25 nov 2017.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, p. 62-76, jul./dez. 1986.